

**José Edvaldo Albuquerque de Lima**

**A EFICÁCIA DO  
MANDADO DE SEGURANÇA  
NOS JUIZADOS ESPECIAIS**

**1ª Edição  
2015**

  
**MUNDO JURÍDICO**  
EDITORA

© by José Edvaldo Albuquerque de Lima  
© by Mundo Jurídico - Editora e Distribuidora Ltda.

*Diagramação:*  
Silas Renato da Cruz

*Revisão:*  
José Edvaldo Albuquerque de Lima

*Capa:*  
Idée Arte e Comunicação

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

LIMA. José Edvaldo Albuquerque de

A eficácia do mandado de segurança nos juizados especiais 1ª  
edição / José Edvaldo Albuquerque de Lima - Leme/SP:  
Mundo Jurídico, 2015.

ISBN: 978-85-8085-062-8

1. Direito civil - Brasil I. Título

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito civil

Proibida a reprodução total ou parcial sem permissão expressa  
do Editor (Lei nº 9.619/98).

Direitos desta edição reservados à:

### **Editora e Distribuidora de Livros Mundo Jurídico Ltda.**

Rua Álvaro Pacheco Silveira, 125 - Vl. Santucci

Telefax: (19) 3571-8027

Cep: 13614-170 - Leme-SP

<http://www.editoramundojuridico.com.br>

e-mail: [mjuridico@mjuridico.com.br](mailto:mjuridico@mjuridico.com.br)

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 - JUIZADO ESPECIAL</b> .....	21
2.1 HISTÓRICO .....	21
2.2 PRINCÍPIOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	23
2.2.1 Princípio da Oralidade .....	24
2.2.2 Princípio da Simplicidade .....	26
2.2.3 Princípio da Informalidade .....	27
2.2.4 Princípio da Economia processual .....	28
2.2.5 Princípio da Celeridade .....	30
<b>3 - O PODER JUDICIÁRIO E O ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	33
3.1 O MONOPÓLIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL .....	35
3.2 A TUTELA JURÍDICA .....	38
3.3 A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO .....	41
3.3.1 Vida Moderna x Poder Judiciário .....	41
3.3.2 Poder Judiciário Pós Constituição Federal .....	43
3.3.3 A crise do Poder Judiciário no Mundo .....	44
3.3.4 A Criação dos Juizados de Pequenas Causas e Juizados Especiais Como Forma de Facilitar o Acesso a Justiça ..	47
3.4 A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO E O ACESSO À JUSTIÇA .....	50
<b>4 - O ACESSO À JUSTIÇA ENQUANTO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL</b> .....	55
4.1 REGRAS E PRINCÍPIOS .....	57

4.2 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA .....	60
4.3 O ACESSO À JUSTIÇA ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL .....	62
<b>5 - JUIZADO ESPECIAL CIVIL</b> .....	69
5.1 PROCESSO CIVIL E SUA ORGANIZAÇÃO .....	69
5.1.1 Ação, processo e jurisdição: entendendo o sistema processual .....	69
5.1.2 Ação .....	69
5.1.3 Processo .....	70
5.1.4 Jurisdição .....	71
<b>6 - JUIZADO ESPECIAL PENAL E A INFLUÊNCIA DO CIVIL</b> .....	73
6.1 A CONSENSUALIDADE DO JUIZADO ESPECIAL PENAL COM A INFLUÊNCIA DO CIVIL .....	73
6.2 QUESTÕES CONSTITUCIONAIS LEVANTADAS SOBRE A LEI 9.099/95 .....	77
6.2.1 Sobre o devido processo legal .....	77
6.2.2 Sobre a presunção de inocência .....	78
6.2.3 Sobre a igualdade processual .....	80
6.3 INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO ..	82
6.3.1 Infrações de menor potencial ofensivo conforme a Lei 9.099/95 .....	82
6.3.2 Infrações de menor potencial ofensivo conforme a Lei 10.259/01 .....	83
6.4 TRANSAÇÃO PENAL E A INFLUÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS .....	86
6.4.1 Processo e transação penal .....	88
6.4.2 Natureza jurídica .....	94
6.4.3 Do objetivo da transação penal .....	96
6.4.4 Dos requisitos para a transação penal .....	96
6.5 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO .....	99
6.5.1 Conceito, natureza jurídica da suspensão condicional ...	101
6.5.2 Requisitos para suspensão condicional do processo .....	103
6.5.2.1 Requisitos objetivos .....	103
6.5.2.2 Requisitos subjetivos .....	104

<b>7 - A COMPETÊNCIA JURISDICIONAL</b> .....	107
7.1 CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA .....	110
7.2 COMPETÊNCIA DO FORO E COMPETÊNCIA DO JUIZ ...	111
7.3 OS CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	113
7.3.1 Competência funcional .....	114
7.3.2 Competência Territorial .....	116
7.3.3 Competência em razão do valor da causa .....	119
7.3.4 Competência em razão da matéria .....	120
7.4 MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA .....	121
7.4.1 Competência absoluta e competência relativa .....	122
7.4.2 Prorrogação de competência .....	124
7.4.3 A prevenção da competência .....	126
<b>8 - O JUIZADO ESPECIAL - COMPETÊNCIA</b> .....	129
8.1 A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL .....	130
8.2 A COMPETÊNCIA DE FORO .....	135
8.4 O CRITÉRIO OBJETIVO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA E O ACESSO À JUSTIÇA: CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS ..	148
<b>9 - MANDADO DE SEGURANÇA</b> .....	153
9.1 MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO .....	153
9.2 CASUÍSTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	156
9.3 COMPETÊNCIA PARA JULGAR MANDADO DE SEGU- RANÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	161
9.4 LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA NOS JUI- ZADOS ESPECIAIS .....	163
9.5 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EM JUIZADOS ESPECIAIS ...	166
9.6 COISA JULGADA .....	179
9.6.1 Execução de multa, desnecessidade do transito em julgado da ação principal .....	186
9.6.2 Direito líquido e certo .....	190
<b>10 - O PAPEL DO JUIZ NA DECISÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA</b> .....	193
10.1 O JUIZ .....	193
10.2 O PODER DO JUIZ .....	196

10.3 FUNÇÃO DO JUIZ NO COMANDO DO PROCESSO ...	201
10.4 GARANTIAS E LIMITAÇÕES .....	206
10.5 DECISÕES JUDICIAIS .....	212
10.6 O QUE MOTIVA A DECISÃO DO JUIZ .....	213
10.7 A IMPARCIALIDADE NA DECISÃO DO JUIZ .....	217
10.7.1 Juiz Natural .....	221
10.8 NEUTRALIDADE NA DECISÃO DO JUIZ .....	222
10.8.1 Neutralidade e Parcialidade .....	222
10.8.2 Mitos da Neutralidade .....	227
10.9 ATIVIDADE CRIATIVA DO JUIZ .....	231
<b>11 - MANDADO DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO A DEMORA NOS PROCESSOS CONSIDERANDO OS JUIZADOS ESPECIAIS .....</b>	<b>233</b>
11.1 DEMORA NO PROCESSO .....	233
11.2 ACESSO A JUSTIÇA, RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E O PIONEIRISMO DOS JUIZADOS .....	237
<b>12 - A PROVA NO CONTEXTO DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>243</b>
12.1 PROVA NAS DECISÕES DE MANDADO DE SEGURANÇA EM JUIZADOS ESPECIAIS .....	243
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>247</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>249</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO .....</b>	<b>267</b>